



SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES DO PROCESSO IMIGRATÓRIO NA FRONTEIRA ARGENTINA/BRASIL

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4187

Leandro de Araújo Crestani, FAG

Ernelo Schallenger, UNIOESTE

Resumo

A presente pesquisa é um estudo histórico acerca da imigração europeia na fronteira entre Argentina e Brasil e tem como recorte temporal os anos de 1850 a 1930. Parte-se da História Comparada e Transnacional para compreender a problemática da fronteira como um espaço transnacional que envolve nações, províncias e fronteiras (externas e internas). Observa-se que os países em estudo forjaram neste espaço práticas políticas de ocupação e colonização por sujeitos não nacionais, imigrantes de origem europeia. Logo, a questão central que orienta a construção deste artigo é o processo de nacionalização da “fronteira externa” entre nações e da fronteira interna nas áreas fronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina, nomeadamente a faixa de fronteira das Províncias de Misiones (ARG) e do Paraná (BR). Enfatizam-se as políticas nacionalistas sobre terra e colonização da fronteira, mostrando como a Argentina e Brasil promoveram esse processo por meio da imigração europeia. Por fim, analisam-se os relatos dos viajantes que transitaram e caracterizaram o espaço-transfronteiriço dos Estados Nacionais em estudo.

Palavras Chave:

Imigração Europeia;
Espaço transnacional;
Fronteiras Nacionais;
História Comparada.

Introdução

A análise sobre a fronteira, neste artigo, não se limita apenas a questões geográficas, como demarcação de territórios, linhas ou faixa divisória entre dois países, estados, municípios ou regiões. A questão central da pesquisa se volta para as políticas nacionalistas sobre terra e colonização, ou seja, o processo de “nacionalização” da fronteira externa (separação entre nações) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das províncias) nas regiões transfronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina, nomeadamente na faixa de fronteira das províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG). Esse processo emerge em meados do século XIX e só é consolidado cerca de 1930.

O processo de ocupação, colonização e consolidação da fronteira se deu por meio do incentivo à vinda de imigrantes para o desenvolvimento da agricultura e a criação de uma pequena burguesia rural composta de famílias de imigrantes, basicamente de origem europeia (RAU, 2009). Sob essa ótica, para iniciar o desenvolvimento e evitar os conflitos sociais, o europeu (civilizado) seria capaz de fomentar a produtividade e a identidade da própria fronteira.

A análise comparada do processo histórico da construção dos estados nacionais da Argentina e do Brasil permite afirmar que a formação do espaço transnacional se deu, primeiramente, pelo estabelecimento da fronteira externa e, posteriormente, pela fronteira interna, através do incentivo da imigração europeia.

A vinda do imigrante europeu para as províncias do Paraná e Misiones

A ocupação das fronteiras internas das Províncias do Paraná e de Misiones começou a ser promovida após a promulgação das leis nacionalistas de incentivo à imigração europeia,

maximizadas pela propaganda do potencial das terras devolutas deste espaço para o desenvolvimento da agricultura. Visava atrair imigrantes.

O desenvolvimento da colonização europeia na fronteira requereu a intervenção dos estados nacionais. Leis nacionalistas de imigração e colonização foram criadas em cada um dos estados nacionais. Notam-se semelhanças entre a Lei de Terras do Brasil, de 1850, com a Lei de Imigração e Colonização da Argentina, de 1876, no que se refere à origem do imigrante, aos modelos de colônias, ao tipo de terras a ser ocupada, aos processos de aquisição da terra e de comprovação da posse, no caso de não ter titulação. Além disso, há semelhanças nos tipos de cultura a serem desenvolvidas, na ajuda financeira do governo para a ocupação e colonização, na naturalização do imigrante, no órgão regulamentador do Estado, no tamanho da propriedade e nas formas de concessão e nas regiões a serem ocupadas.

O teor das leis nacionais reflete um espírito um tanto diferenciado em relação às leis dos dois países em foco. A Lei Argentina de Imigração e Colonização, de 1876, teve como principal foco desenvolver os territórios com a vinda do imigrante europeu, revelando uma preocupação em receber, alojar, colocar, transportar, delimitar a propriedade e subsidiar o imigrante com dinheiro para o sucesso da colonização. No caso brasileiro, a Lei de Terras, de 1850 visava à vinda do imigrante com o intuito de efetivar a comercialização da terra como forma de lucro para o Estado e assentar os compradores como proprietários, o que representava uma segurança em relação à fixação do território e à defesa da fronteira.

Após a resolução do conflito entre Argentina e Brasil acerca da Questão

de Misiones¹, a nova problemática passou a ser a ocupação e a colonização desta fronteira, especificamente, dos espaços que ambos declararam “vazios” durante a disputa. Partindo desse princípio, a apropriação das terras da fronteira foi uma atividade iniciada pela intervenção estatal sob o apelo do desenvolvimento econômico e da formação do mercado de terras. Essa iniciativa culminou na criação de leis agrárias para a garantia da posse da terra aos futuros imigrantes que ocupariam tais espaços.

A intervenção estatal, neste caso, visou separar juridicamente as terras públicas das particulares, estabelecendo por meio das leis de terras e imigração a forma pela qual ocorreria a aquisição da propriedade.² A intervenção dos estados nacionais visava formar um mercado de terras na fronteira e determinar um tipo específico de imigrantes para nacionalizar esse espaço transnacional.

Olhares dos viajantes sobre a fronteira entre argentina e brasil

Considerando os argumentos desenvolvidos até aqui, cumpre ponderar que o incentivo à imigração para fronteira entre Argentina e Brasil não pode ser descrito, no período recortado para a análise, apenas a partir do viés dos documentos de alegação de posse, das leis, dos relatórios de províncias e das mensagens encaminhadas ao congresso, que refletem o discurso unificante dos estados nacionais e da integração territorial. O esforço analítico deste estudo busca, também, compreender a fronteira a

partir das falas dos sujeitos que a vivenciaram - no caso os *viajantes* - que trazem em seus relatos de viagem um inventário da fronteira, permeado por um olhar político e intelectual que reflete o espírito de sua época, o que certamente contribuiu em muito para a formação de um novo conceito sobre este espaço.

As viagens realizadas por argentinos e brasileiros foram, em sua grande maioria, expedições científicas que buscavam levantar informações sobre os caminhos que levavam dos centros civilizados até a fronteira de seus respectivos países. Esses viajantes descreveram para seu mundo «civilizado» um local geograficamente remoto, selvagem, desértico, perigoso, conflituoso, mas, por outro lado, rico de recursos naturais a serem explorados e que estavam, até então, ignorados. Myskiw assegura que os viajantes tiveram uma grande contribuição para o processo de conquista e ocupação territorial da fronteira, pois suas narrativas de viagem contribuíram para apontar caminhos, perigos e riquezas que poderiam ser exploradas ao se empreender o desbravamento.³

Os relatos dos viajantes da fronteira Nordeste da Província de Misiones e Oeste do Estado do Paraná favorecem o conhecimento de um espaço ignorado aos olhos dos estados nacionais que deveriam ser integrados à “nação”. Viajar para a fronteira e, posteriormente, publicar relatos em forma de livros ou boletins informativos, representava a possibilidade de trazer a público

¹ Esse território envolveu o litígio entre Argentina e Brasil; convém, no entanto, ressaltar que há vários estudos que apresentam esse conflito na historiografia brasileira, como a “Questão das Missões”, “Missões” ou “Questão de Palmas” e no caso da Argentina, o “Litígio de Misiones” ou “Question Misiones”. Buscou-se utilizar para análise dessa disputa a denominação de “Questão de Misiones”, pois as diversas fontes aqui analisadas apresentam essa nomenclatura comum para definir o litígio sobre o Território de Misiones.

² Cf. SILVA, Ligia Maria Osorio; SECRETO, Maria Verónica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, (12):109-141, jun. 1999.

³ MYSKIW, Antonio Marcos. Relatos de Viajantes. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

descrições e observações de lugares que poderiam ser explorados, colonizados e incorporados no processo de produção de riquezas.

Ao selecionar os relatos de viajantes para analisar a forma pela qual ocorreu o processo de ocupação da fronteira, partiu-se do princípio de que essas narrativas trazem discursos permeados de juízos, conceitos e preconceitos acerca do mundo observado.⁴ É importante salientar que os relatos de viajantes apresentam o discurso civilizador a partir da visão do Estado Nacional moderno, cujo objetivo era o de nacionalizar, conquistar e desenvolver a fronteira, justificando a marcha da população civilizada sobre os selvagens, tidos como incapazes de fixar a fronteira.

Para estabelecer a comparação, foram selecionados nove relatos de viajantes de cada país. O recorte temporal para o estudo da fronteira Oeste do Paraná foi fixado entre os anos de 1896 à 1930; em relação à fronteira Nordeste da Província de Misiones, foram considerados os relatos apresentados entre 1881 à 1912, período que corresponde à publicação dessas narrativas.

A análise dos relatos de viagem parte de pontos comuns que estão presentes em todas as narrativas, tais como: observações sobre o trajeto de viagem; população encontrada; recursos naturais existentes; problemas presentes na fronteira; exploração e colonização e descrição das Cataratas do Iguaçu.

Esses elementos são tomados enquanto categorias de análise e contribuem para a compreensão do processo de intervenção dos estados nacionais modernos na fronteira em estudo. A partir dessas categorias são destacados os elementos justificadores da intervenção dos estados na fronteira a

partir de uma postura política nacionalista. A grande bandeira passou a ser a necessidade da marcha da sociedade civilizada em direção à fronteira, visando à superação da selvageria e do atraso.

Os viajantes para a fronteira Nordeste em direção da Província de Misiones buscavam explorar um local considerado selvagem, porém cheio de riquezas naturais. Esses viajantes saíram dos centros civilizados da Argentina em direção a Misiones.

Vários viajantes percorreram o trecho com sucesso, entre eles: Alejo Peyret (1881); Ramon Lista (1883); Rafael Hernández (1887); Juan Bautista Ambrosetti (1892 a 1894); Carlos Burmeister (1893); Florencio de Basaldúa (1901); Manuel Bernádez (1901); Francisco Manzi (1910) e Santiago Pusso (1912), que tiveram como perspectiva, apontar a presença de habitantes no Território de Misiones, citando a existência de índios, colonos, imigrantes nesta fronteira, tida pelo Estado Nacional argentino como selvagem e vazia.

No caso brasileiro, os relatos dos viajantes, José Cândido da Silva Muricy (1892); Domingos Nascimento (1903); Arthur Martins Franco (1904 e 1913); Manuel Azevedo da Silveira Netto (1910); Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior (1919); Julio Nogueira (1920); Cesar Martinez (1925) e José Lima Figueiredo (1930), tomaram, em sua maioria, os centros civilizados como ponto de partida em direção à fronteira oeste do Paraná.

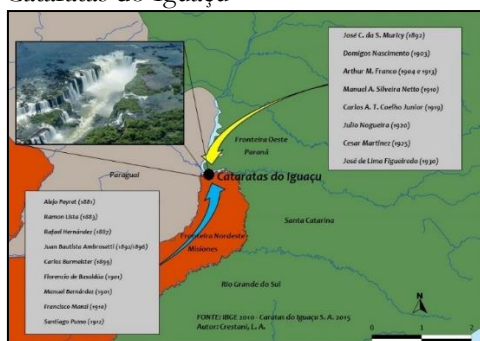
As narrativas desses viajantes trazem representações e impressões de como era o contexto desta fronteira antes da integração do Estado Nacional brasileiro, subsidiando o entendimento acerca dos locais visitados por eles durante a viagem. Tiveram como ponto em comum as Cataratas do Iguaçu e as riquezas naturais como a erva mate e a floresta

⁴ GREGORY, Valdir. *Fronteiras e territórios: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX*. Marechal Cândido Rondon: UFPR, 95 p.

[Tese de Pós-doutorado] – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2009..

(madeiras).

MAPA 11 - Ponto em comum dos viajantes: Cataratas do Iguaçu



FONTE: Elaborado a partir dos relatos de viagens.

Nos relatos dos viajantes, nota-se a presença de um projeto civilizador e modernizante para a fronteira entre Argentina e Brasil. O cruzamento dessas narrativas permite elencar os seguintes pontos comuns: a descrição sobre a população, a necessidade de caminhos oficiais, os recursos naturais, a urgência da colonização e os problemas da fronteira.

Todos os viajantes tiveram como meta descrever, descobrir e explorar a fronteira, construindo um inventário do espaço transnacional entre Argentina e Brasil, ou seja, descrevendo os possíveis locais para a fundação de colônias e levantando informações sobre a população, os caminhos, os recursos naturais, a colonização e os problemas existentes na fronteira com vistas a possibilitar o processo de exploração.

Os relatos de viajantes de Argentina e Brasil permitem vislumbrar as oportunidades da fronteira e a necessidade da integração desse espaço à nação. Nesse contexto, viajar para a fronteira e publicar

relatos em forma de livros e boletins informativos significava trazer a público as descrições e observações de um lugar que poderia ser explorado, ocupado e colonizado.

Considera-se que esses relatos foram essenciais para a construção de um discurso identitário no que tange às políticas nacionalistas de ambos os países para a ocupação e colonização da fronteira. Tanto Argentina quanto Brasil forjaram a ideia de vazio demográfico para a construção da fronteira externa e interna conferindo ao ato de viajar em direção à fronteira a condição de mecanismo para conhecimento de questões culturais, políticas, sociais e, principalmente, econômicas, bem como, para a construção da territorialidade através do processo migratório europeu.

A consolidação da fronteira entre Argentina e Brasil, dessa forma, está profundamente ligada às Cataratas do Iguaçu, pois este lugar, de acordo com os relatos dos viajantes simbolizava o ponto da transnacionalidade entre essas duas nações ao longo do processo de formação e integração da fronteira dos Estados Nacionais. Além do Parque⁵, vislumbrava-se o potencial de produção de energia elétrica como fator de desenvolvimento do Estado Nacional moderno.⁶

Neste caso, os agentes políticos foram os viajantes, que fizeram expedições para a fronteira entre Argentina e Brasil, descrevendo o trajeto de viagem, os habitantes, os recursos naturais disponíveis, enfim, as características físicas e sociais deste território para evidenciar ao Estado

⁵ Em relação às Cataratas do Iguaçu, há, na contemporaneidade, dois parques: um no lado Argentino, na Província de Misiones, Cidade Puerto Iguazú, chamado de “Parque Nacional do Iguazú”, criado no ano de 1934 pelo Governo argentino. No lado brasileiro, temos o “Parque Nacional do Iguaçu”, criado no ano de 1939 pelo presidente Getúlio Vargas.

⁶ Em relação à exploração da energia elétrica, foi criada a “Hidrelétrica Itaipu Binacional”

envolvendo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973, através de um tratado assinado pelo então Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici e do Paraguai, Alfredo Stroessner o “Tratado de Itaipu”, criando uma empresa de natureza juridicamente internacional para a produção de energia. In: RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

Nacional argentino e brasileiro a necessidade de criar políticas de ocupação e colonização da fronteira.

Os relatos dos viajantes permitem verificar que a fronteira entre Argentina e Brasil é redefinida historicamente durante a consolidação do Estado Nacional moderno, quando se torna elemento de afirmação para expansão contra as comunidades indígenas. Essas narrativas, dessa forma, nada mais são do que um discurso ideológico para legitimar o processo de conquista da fronteira sobre a população ali existente.

Considerações finais

A partir da comparação do processo de formação é possível contextualizar a construção territorial da fronteira entre Argentina e Brasil enquanto espaço transnacional, local esse de interconexões, ligações e conflitos. A ocupação e a colonização da fronteira é, assim, marcada por uma territorialidade construída por agentes políticos e não pelos sujeitos sociais que habitavam o espaço transfronteiriço.

O espaço transnacional entre Argentina e Brasil não foi formado por lutas sociais de indígenas, colonos e imigrantes que habitavam esse território e sim, através do desenvolvimento de políticas de incorporação da fronteira dos estados nacionais para a exploração das riquezas naturais e, posteriormente, a valorização das terras para futura comercialização enquanto propriedade. Logo, para a mercantilização da terra, não era interessante à Argentina e ao Brasil ocupar e colonizar a fronteira com os sujeitos nacionais que já viviam neste espaço transnacional nesse período. Numa visão de ganho sobre as terras ditas vazias, era mais rentável, forjar a nacionalização da fronteira com sujeitos não nacionais, vindos da Europa, que comprariam a terra já ocupada, criando assim um mercado de terras na fronteira.

A promoção da imigração de origem europeia presente nas leis, relatórios e mensagens (provinciais e presidenciais) e nos relatos dos viajantes, visava à ocupação da posse da terra pelo seu potencial econômico. Ao comparar a Província de Misiones e o Estado do Paraná, nota-se que ambos tiveram a mesma dinâmica de ocupação, forjada pela garantia da posse da terra e não pela necessidade do desenvolvimento da *brasilidade* ou da *argentinidad* da fronteira.

Em desfavor dos primitivos habitantes, para quem não existiam fronteiras, os discursos contidos nos relatórios, nas mensagens e nas leis da época reforçavam a importância de europeizar a fronteira para civilizar os países. Pode-se perceber que as políticas estatais para a fronteira menosprezavam índios, caboclos e nativos, definindo o modo como deveria ocorrer o processo de colonização dessas regiões fronteiriças, com um *tipo ideal* de população que fixaria social, política e economicamente a fronteira.

Referências

- AMBROSETTI, Juan B. **Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay (Parte Descriptiva)**. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.
- AMBROSETTI, Juan B. **Segundo viage Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú)**. Buenos Aires: Publicado en el Tomo XV del *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, 1894a.
- AMBROSETTI, Juan B. **Tercer viaje a Misiones**. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008. (A primeira publicação foi em 1895, pelo *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*).
- AMBROSETTI, Juan B. Los indios Caingá del Alto Paraná (Misiones). **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**. Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta Roma. 1894b.
- BASALDÚA, Florencio de. **Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones**. La Plata: s/d, 1901.
- BERNÁRDEZ, Manuel. **De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas**. Buenos Aires: Imprenta de

«La Nación», Segunda edición, 1901.

BURMEISTER, Carlos. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**. Ministerio de Agricultura de la República Argentina. Buenos Aires: Imprenta Litog. Y Encuadernación de J. Pruser, 1899.

COELHO JUNIOR, Carlos Alberto Teixeira. **Pelas Selvas e Rios do Paraná**. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1946.

FIGUEIREDO, José Lima. **Oeste Paranaense**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife: Campanha Editora Nacional, 1937.

FRANCO, Arthur Martins. **Recordações de viagens ao Alto Paraná**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1973.

GREGORY, Valdir. **Fronteiras e territórios**: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX. Marechal Cândido Rondon: UFPR, 95 p. [Tese de Pós-doutorado] – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2009.

HERNÁNDEZ, Rafael. **Cartas Misioneras**: reseña histórica, científica y descriptiva de las misiones argentinas. Buenos Aires. Establecimiento Tipográfico de Luz del Alma, 1887.

LISTA, Ramón. **El Territorio de las Misiones**. Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883.

MANZI, Francisco. **Impresiones de Viaje**: breves apuntes sobre el Territorio de Misiones. Corrientes: La Popular, 1910.

MARTINEZ, Cesar. **Sertões do Iguassú**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925.

MURICY, José Cândido da Silva. **A' Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892**. Impressora Paranaense. Curitiba: Paraná, 1896.

MYSKIW, Antonio Marcos. Relatos de Viajantes. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

NASCIMENTO, *Domingos*. **Pela Fronteira**. Curitiba: s/ed, 1903.

NOGUEIRA, Julio. **Do Rio ao Iguassú e ao Guayra**. Rio de Janeiro. Typ. Editora Carioca, 1920.

PEYRET, Alejo. **Cartas sobre Misiones**. Buenos: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

PUSO, Santiago. **Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nahuel Hauapí – Por las costas de Sur**. Casa Editorial MAUCCI: Barcelona, 1912.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis)

SILVA, Lígia Maria Osorio; SECRETO, Maria Verónica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, (12):109-141, jun. 1999.

SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo da. **Do Guairá aos Saltos do Iguazu**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995 [1920].